

O lixo como objeto de governo das condutas

Garbage as object of governing of conducts

Ricardo Abussafy de Souza

Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCL/Assis-SP). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (CFH-UFSC). Doutor em Psicologia pela UNESP-FCL/Assis-SP, Brasil na Área de Concentração Psicologia e Sociedade. Contato: abussafy@gmail.com.

Sonia Aparecida Moreira França

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora Colaboradora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Contato: soniamfranca@uol.com.br.

RESUMO:

Resultado de pesquisa de doutoramento, este estudo propõe uma análise genealógica sobre a aliança entre modos de gestão dos restos da cidade e estratégias de governo das condutas humanas. Nesta trama, evidencia-se uma tensão que parte do eixo podridão/saúde social para a relação reciclagem/preservação ambiental. Analisa-se ainda como efeito de verdade a coexistência de um jogo de paradoxos que oscila do insuportável acúmulo dos refugos da vida urbana até a noção de renovação eterna de um *modus operandi* (in)sustentável, portanto, tolerável. Palavras-chave: biopolítica, genealogia, lixo, resíduo, conduta humana.

ABSTRACT:

Resulting from doctoral research, this study proposes a genealogical analysis of the alliance between modes of management of debris of the city and strategies of governing the human conducts. In this plot, it is evidenced a tension from the putridity/social health axis to the recycling/environmental preservation relation. As effect of truth it is still analyzed the coexistence of a game of paradoxes that oscillates from the unbearable accumulation of waste from urban life to the notion of eternal renewal of a (un)sustainable, therefore, tolerable modus operandi. Keywords: biopolitics, genealogy, garbage, waste, human conduct.

SOUZA, Ricardo Abussafy de; FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira (2013). O lixo como objeto do governo das condutas. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 7, set-dez, pp. 2-32.

Recebido em 26 de outubro de 2013. Confirmado para publicação em 19 de novembro de 2013.

A produção de um hábito tão cotidiano, tão ínfimo e infinitesimal, mas no qual é possível se reconhecer certo repertório de condutas. Gesto aparentemente automático, mas que desnaturaliza-se no contraste da história das racionalidades modernas. Em pouco mais de dois séculos a população urbana deixa de jogar seus dejetos pelas janelas e pelas ruas para destiná-los em compartimentos próprios. Para a mudança de tais costumes, uma série de conhecimentos, métodos, procedimentos, valores e campos de visibilidades são produzidos com vistas a reificar os novos hábitos para uma saúde social. Nas últimas décadas, as lixeiras convencionais, que imperaram por mais de um século, abrem espaço para novos receptáculos segmentados para a disposição não mais do lixo, mas de uma nova composição dos dejetos contemporâneos, divididos entre resíduos sólidos, resíduos orgânicos e rejeitos.

Os refugos das cidades em sua *forma lixo*, com suas putrefações, seus miasmas e emanções telúricas aos poucos transformam-se na *forma resíduo*, e seus componentes sintéticos e passíveis de renovação – plásticos, metais, papéis e vidros. O lixo, que representava “o insuportável mau cheiro da memória” (Andrade, 2012: 392), agora ganha cores primas e vivas – o vermelho, o amarelo, o azul e também o verde, resultado primeiro de duas das três cores primárias. Àquelas podridões restam-lhes as representações pelas cores escuras, ou “não cores” como o negro, ou talvez o marrom, para representar o agora resíduo orgânico.

Assim, o lixo, este objeto inútil, insuportável e inanimado, a partir do momento em que se torna matéria de problematização na razão de Estado Moderno, adquire um *quantum* de produção de conduta, principalmente nos campos da medicina social e da preservação ambiental. Na configuração deste tema em análise, em que se coloca o lixo como um analisador do campo de formação da conduta humana, a produção dos insuportáveis como técnica de governo de si e dos outros torna-se, com efeito, fundamento de análise.

Produzir e intervir sobre a conduta seria este modo de lastrear as formas de poder do Estado para o governo das populações, assim como os processos de individualização das normas inseridas no cotidiano da cidade são entendidos como “condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob controle de governo” (Castro, 2009: 309-310). Do simples ato – jogar o lixo no lixo – à formação de uma conduta humana – higiênica, social, ambiental –, é este o sentido determinante para a produção de padrões de verificação capazes de legislar sobre os “bons” e os “maus” hábitos da cidade.

O lixo e o insuportável como estratégia de análise genealógica

Ao longo de pouco mais de dez anos trabalhando com a experiência da gestão do que a cidade registra como restos urbanos, em um dos períodos em que fiquei afastado deste contato com projetos e pesquisas que me aproximavam de espaços de acumulação dos refugos sociais e materiais das aglomerações citadinas, provei do contraste que a familiaridade com o mal cheiro, outrora por mim considerado insuportável, podem nos causar. Ao entrar em uma cooperativa de catadores, aquele odor característico dos resíduos pútridos provenientes das embalagens de alimento trouxeram a sensação de um ambiente que já me era familiar.

Esta experiência sensório-corporal possibilitou sentir nas entranhas uma espécie de estranhamento àquilo que em nós, seres urbanoídes, se registra nos corpos como sensações insuportáveis. O mau cheiro que antes me causava náusea, após uma década de relação com espaços mefíticos, como lixões a céu aberto, tornou-se uma sensação olfativa familiar. Desde então, abriu-se o questionamento sobre como a cidade produz e enuncia a sensação do insuportável.

Para as projeções urbanísticas modernas, de distribuição e circulação de todas as coisas e dos homens, a existência e a persistência (crescente e exponencial) destes restos deletérios e destas inutilidades inertes,

acumuladas no cenário citadino, tornam-se insuportáveis. Na experiência deste insuportável podemos localizar a produção de um dispositivo que efetiva certos procedimentos de gestão das coisas e dos homens, inerentes a um novo campo de atuação e intervenção sobre as relações humanas.

A proveniência do lixo como juma forma de organização das matérias putrefatas da vida das cidades se torna um campo do insuportável já no período das manifestações endêmicas da sociedade medieval, como no caso da Peste Negra. Antes mesmo de a ciência dos microrganismos descobrir que a peste bubônica era provocada pela bactéria *Yersinia pestis*, presente nas pulgas hospedadas em ratos vindos dos navios provenientes do Oriente; antes mesmo de se saber que estes ratos encontraram as condições ideais para sua proliferação nas ruas imundas da Europa medieval.

Antes mesmo destes desastres pestilenciais causarem toda uma reorganização do homem e das coisas na vida urbana, o pensamento médico da época fundamentava-se por teorias astrais que ressaltava o ar como meio principal de transmissão de doenças. “Eram o ar envenenado, os miasmas e as névoas pesadas e pegajosas, provocando todos os tipos de agentes naturais e imaginários, desde águas estagnadas dos lagos e rios, até a conjunção negativa dos planetas que disseminavam a doença e a morte entre os homens” (Velloso, 2008: 1955).

Em conjunto com esta reorganização dos homens em grupos populacionais urbanos, a partir do século XIV e XV, configurado como prenúncio das cidades modernas, as doenças endêmicas, provocadas por hábitos insalubres, apresentavam-se como manifestações inerentes à nova experiência da vida urbana: experiência de doença, podridão e morte em massa, responsável pela produção dos restos, como um dos insuportáveis dos tempos modernos.

Avançando nos processos de desenvolvimento urbano, quanto a seus modos de gestão dos produtos deletérios das cidades, observa-se um

paradoxo no interior dos modos de produção e gestão industrial e de capital característicos dos séculos XIX e XX. A geração das riquezas e das podridões apresenta-se, ao mesmo tempo, complementar e conflitante. Complementar, pois, tão importante quanto produzir as utilidades da vida social, será também fazer valer suas inutilidades para manutenção deste incessante jogo de criação e renovação de necessidades nas relações capitalistas. Conflitante, pois este fluxo de matérias e acumulação das coisas podres e inúteis das relações urbanas cultiva também um sentimento de insuportabilidade. Insuportáveis serão os cheiros pútridos, a degeneração da vida a partir dos restos, das carcaças e dos cadáveres, as montanhas de coisas esquecidas que insistem em não desaparecer, mesmo sendo levadas e enterradas ao redor das cidades.

O exercício da análise genealógica, em sua estratégia metodológica para construção de um diagnóstico do presente, apura o olhar para traços da conduta humana que estejam, à primeira vista, inscritas nas ações mínimas e cotidianas, mas que, ao distanciar o olhar lançando-o na história dos acontecimentos, faz-se evidenciar uma espécie de ordenação dos sentidos. Assim se desenha o simples ato de jogar o lixo no lixo no contexto do governo das condutas e sua relação com a experiência urbana.

Logo na primeira linha de seu prólogo sobre a Genealogia da Moral (1998 [1887]), Friedrich Nietzsche lança a crítica que atravessaria as três dissertações subsequentes: “Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos” (Nietzsche, 1998: 7). A espada que se levanta fere uma vontade de saber que está sempre em busca de uma espécie de conhecimento absoluto e, por consequência, ignora as vivências e experiências inerentes à vida cotidiana, sobre as quais, como protesta o autor, “estamos sempre ausentes” (Idem).

Friedrich Nietzsche oferece outro pensamento sobre o insuportável para além das obviedades intentadas pela produção de uma racionalidade utilitária e cientificista sobre a experiência moderna da vida urbana.

Para o autor, insuportável é esta busca pela verdade de um ideal de homem, localizada para além do próprio homem. Um aperfeiçoamento constantemente renovável, porém virtual. Processo de melhoramento contínuo que nos move, ao mesmo tempo em que se configura como algo distante de nossa “existência subterrânea e combativa”, com todo seu repertório de “miséria, privação, mau tempo, enfermidade, fadiga, solidão” (Ibidem: 35). Mas a busca por este ideal, por definição inalcançável, cansa a visão do homem sobre si mesmo, o que leva Nietzsche a afirmar: “Estamos cansados do homem” (Ibidem).

A busca pela verdade absoluta, até que se torne tediosa e medíocre, é também risco inerente aos exercícios de pesquisas científicas, cujas buscas teleológicas culminam fatalmente na produção de novas verdades para tornar o homem cada vez “melhor” (Ibidem) e, portanto, ausente de si mesmo, mas repleto de prescrições morais que cindem suas condutas no campo do bom e do ruim, ou do verdadeiro e do falso. A tarefa desta análise está em refletir não tanto sobre o que é verdadeiro ou falso, mas sobre a relação do sujeito e sua possibilidade de adesão a determinados regimes de verdade.

No caso desta análise em específico, o lixo, como um analisador da conduta humana, implica a análise dos efeitos produzidos pelos mecanismos de gestão dos restos, dos resíduos, dos inservíveis, dos refugos. Os efeitos se tornam importantes para a análise das condutas, pois, na ordem dos acontecimentos, o efeito não resulta mais de um processo natural, já que ele é produto de uma articulação de forças, assim como a conduta humana. A rarefação e o reagrupamento de discursos e sua efetivação no conjunto de práticas evidenciam uma construção artificial de todas as coisas e não de uma concepção de natureza das coisas. A ideia de natureza em si seria efeito destas construções artificiais, “natureza sem conteúdo outro que não o histórico” (Veyne, 1998: 282).

Isto posto, o ponto de análise que se pretende evidenciar a partir da genealogia como estratégia metodológica é a transformação da experiência do lixo como um insuportável das cidades. Trata-se de indagar e mapear alguns conjuntos discursivos que, primeiramente, registraram na história dos homens o lixo como a imundície insuportável, até chegar em sua circunscrição mais contemporânea em que o lixo mantém-se insuportável, não mais pelo risco que ele oferece à saúde do corpo humano e do conjunto da cidade, mas pelo risco que ele oferece à vida planetária, ou seja, ao meio ambiente. Uma reinscrição na conduta que marca a trajetória de visualização do lixo e do campo de produção de verdades em que se move.

Visibilidades sobre a podridão e conduta higiênica

O acúmulo de lixo, sua conseqüente putrescência e seus efeitos mefíticos foram denunciados, enfim, pelas narinas dos cidadãos das grandes capitais europeias dos séculos XVIII e XIX, e no início do desenvolvimento das cidades brasileiras em fins de século XIX e início do século XX. Nestes períodos, tais emanações telúricas que provêm do lixo tornam-se objeto de pesquisa científica, inspiração para narrativas literárias e pauta de jornais e periódicos na época. A problemática da podridão é colocada como atenuante das mazelas que acompanham a configuração social de outrora.

Alain Corbin recupera uma espécie de “história olfativa das cidades” em seu livro *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove* (1987 [1982]). De início, o autor demonstra como o olfato fora desprezado na narrativa sobre a história da civilização ocidental, ao citar o filósofo Emmanuel Kant em suas *Conjecturas sobre a história humana*. Para o autor, neste texto, Kant afirma que o olfato e o paladar não diferenciam o ser humano dos outros animais, reservando tais faculdades sensitivas à ordem dos instintos de sobrevivência e

não do uso da razão. O olfato e o paladar permitem ao ser humano, assim como ao animal, perceber os alimentos aptos em detrimento aos inapropriados para ingestão, o que propiciaria sua sobrevivência, “pois é bem conhecido que as forças perceptivas daqueles que se ocupam apenas com seus sentidos diferem largamente daquelas pessoas que também se ocupam com seus pensamentos e que, conseqüentemente, colocam menos atenção em suas sensações” (Kant, 2009 [1786]: 158).

Em períodos “pré-pasteurianos”, em que as visibilidades microscópicas ainda não haviam sido descobertas, as emanções odoríferas dos alimentos, dos corpos e dos espaços da cidade falavam muito sobre o bom ou mau estado da saúde urbana e individual. O olfato teria como função principal avisar sobre as ameaças à saúde, pois “discerne à distância a podridão nociva e a presença de miasmas” (Hallé apud Corbin, 1987 [1982]: 14).

O forte odor de podridão, característico do início das cidades modernas, é objeto frequente em textos da literatura francesa que remontam a cenários urbanos entre o século XVIII e século XIX. Patrick Süskind, em seu livro *O Perfume* (1985), parece se apoiar na pesquisa de Corbin ao descrever as sensações olfativas de um fedor urbano dificilmente concebível nos dias atuais, ainda que existente: “As ruas fediam a merda, os pátios fediam a mijo, as escadarias fediam a madeira podre e bosta de rato; (...) Fediam os rios, fediam as praças, fediam as igrejas, fediam sob as pontes e dentro dos palácios” (Süskind, 1985: 7-8).

Em seguida, a descrição dos aspectos olfativos da cidade alcança os corpos humanos e seus odores específicos: “Os homens fediam a suor e a roupas não lavadas; da boca eles fediam a dentes estragados, dos estômagos fediam a cebola e, nos corpos quando já não eram mais bem novos, a queijo velho, a leite azedo e a doenças infecciosas” (Idem: 7-8). A cada órgão, a cada orifício e a cada idade havia um fedor característico que permitia suas identificações. Mas o mau cheiro também

era, em certo aspecto, democrático, pois se encontrava impregnado em qualquer nível ou casta: “Fediam o camponês e o padre, o aprendiz e a mulher do mestre, fediam a nobreza toda, até o rei fediam como um animal de rapina, e a rainha como uma cabra velha, tanto no verão quanto no inverno” (Ibidem: 8).

Frente a este embate entre corpos e coisas na cidade irá emergir, para cada um destes espaços, públicos, privados ou corpóreos, um conjunto de conhecimentos, técnicas, mecanismos de circulação e distribuição das coisas e dos homens, além de procedimentos para organização destes resíduos materiais provenientes das relações humanas.

Exatamente neste momento, em que as sensações odoríferas cederiam espaço definitivo às narrativas da visibilidade científica, a teoria da geração espontânea ou abiogênese (do grego a-bio-genesis, “origem não biológica”) se tornaria o vértice desta dobra, a microbiologia, seu método, e as substâncias putrescentes, um de seus objetos (Martins, 1990). Os espaços públicos, os domicílios e os corpos serão, no século XIX, revisitados pela microbiologia impulsionada pelas pesquisas de Pasteur. Isto implicaria, então, toda uma sequência de procedimentos para a promoção da salubridade pública, privada e individual, determinada pela existência de sistemas de micro-organismos, que apenas especialistas conseguiriam visualizar.

Também no Brasil, as práticas de governo das aglomerações urbanas operariam alguns processos bem característicos de produção e gestão de seus próprios níveis de suportabilidade aos dejetos. As carcaças e ossos de animais, restos de comida, trapos e tralhas domiciliares se fizeram cada vez mais presentes, e cada vez mais desagradáveis aos hábitos da nova organização urbana. No Rio de Janeiro, por exemplo, “basta uma hora de sol, basta uma hora só, para que as matérias orgânicas entrem em putrefação e criem com todos os elementos que provêm de sobra para isso, um grande, um emmenso viveiro de micróbios [sic]” (Pinto, 1901). “Na Europa, Brasil é o Rio de Janeiro” – assim Antônio

José Pinto pretende alertar o “Senhor Prefeito” sobre os problemas na remoção de lixo da outrora Capital Federal (Idem).

A relação do lixo com a aversão aos manifestos mefíticos é observada também no que se relata sobre o trabalho dos carroceiros¹. Suas carroças, “tão fétidas quanto o conteúdo que carregam”, é outro ponto crítico do serviço de limpeza urbana, que piora com a falta de exatidão quanto ao horário de coleta e com o conhecido vício dos moradores em reaproveitar a matéria orgânica como adubo (Ibidem).

Para resolver tais *Problemas Municipaes* [sic], Alcântara Machado (1918 [1917]) propõe um novo axioma da higiene a partir da regulamentação da Taxa do Lixo em São Paulo: “A rua é a unidade hygienica da cidade. (...) Ora, como o asseio do corpo é o alicerce de toda a hygiene individual, assim também a limpeza da via publica é o *pivot* de toda a hygiene urbana” (Machado, 1918: 59).

Estas duas unidades físicas, o corpo e a rua, aparecem como objetos das práticas da higiene social, de modo a expurgar-lhes toda a sujeira e, em seu lugar, trazer às cidades brasileiras as boas novas do mundo moderno. A cada uma destas unidades aliam-se dois conceitos que remetem a um modo de inteligibilidade moderno: ao corpo, apresenta-se o indivíduo, uma unidade política indivisível do Estado e objeto de governo da vida privada; à *urbs*, apresenta-se a rua como seu valor unitário e, portanto, seu objeto de intervenção para a governamentalidade do espaço público. Dois espaços de intervenção diferentes que, quando Alcântara Machado os coloca em um novo plano de existência, transportam-no para um mesmo campo prático e discursivo, chamado *hygiene* [sic].

No caso em questão, a materialidade que forja esta ligação do indivíduo com o todo populacional seriam, justamente, os modos de

¹ Os carroceiros aparecem frequentemente no arquivo de documentos pertencente ao Arquivo Histórico do Rio de Janeiro. Eram trabalhadores autônomos ou empregados responsáveis por coletar o lixo domiciliar da cidade e que, para tanto, precisavam adquirir uma licença de trabalho junto à Prefeitura Municipal.

relação dos interesses que se efetuarão frente a este novo objeto histórico: o lixo. Esta matéria deletéria produzida pelo morador das cidades – e que pode efetivar patologias do coletivo urbano – convoca um modo de operar que coloca em jogo o uso da liberdade individual em suas relações com a circulação livre dos elementos que constituem os modos de ser da sociedade moderna. O trajeto indicado por estas práticas de administração da conduta humana leva a entender como a liberdade de cada alma se torna problemática para a alma da cidade.

Alain Corbin (1987 [1982]) narra as transformações nos costumes dos europeus durante a modernização dos centros urbanos. Projetos urbanos que dissertam sobre as melhores formas de aprisionar e evacuar o lixo fazem da individualização e privatização dos dejetos o novo objeto de conhecimento e intervenção social. Algumas práticas versam sobre a instalação de caixas nos andares das casas, a instalação de recipientes de ferro para o depósito dos lixos e a edificação de guaritas na frente das casas para o acondicionamento dos sacos de lixo que ficarão à espera da coleta municipal (Corbin, 1987: 123).

No Brasil, a tradicional lixeira nos cantos dos aposentos domiciliares era uma das novidades da época. Em 1889, chegavam solicitações e projetos de vasos para guardar lixo à Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o funileiro Antonio Ferreira Martins Junior apresenta seu “systema de vasos de ferro ou de zinco, hermeticamente fechadas e munidas de aparelho desinfectante, apropriadas para se guardar lixo e qualquer materiaes em decomposição” (Martins Júnior, 1889). O funileiro ainda alerta para a possibilidade de variação no tamanho (10, 40, 60 ou mais litros) e para a funcionalidade do objeto em que o lixo, “ao sahir do vaso para a carroça da limpeza publica, sahe completamente desinfectada” (Idem).

Tão importante quanto retirar o lixo dos domicílios para garantir a salubridade do lar e, por consequência, da cidade, será preservar os

olhos e as narinas dos resultados da putrescência humana. A produção desta insuportabilidade ao imundo ganha um objeto que será um dos símbolos mais presentes no cotidiano do sujeito moderno: a lixeira.

Mais que um assessorio doméstico, a lixeira torna-se a prática silenciosa de uma ação de Estado que adentra os domicílios. A criação deste escondedouro, portal de esquecimento das coisas inúteis, gera alguns efeitos que se inscrevem nas relações humanas. Tais efeitos podem ser verificados em documentos que falam sobre recomendações de uso e normas de conduta para a gestão do lixo caseiro. Assim consta no “Projeto de postura sobre os resíduos ou lixo das cozinhas, das habitações e estabelecimentos públicos ou particulares”:

Art. 1º - Os receptáculos (caixas, caixões ou baldes) em que nas casas de habitações ou estabelecimentos públicos ou particulares se depositarem os resíduos e lixos das cozinhas devem ter adaptado a respectiva tampa e qualquer aparelho automático que sirva para desinfetar os mesmos resíduos de lixo e que tenha sido aprovado pela Inspetoria Geral de Hygiene.

Art. 2º - A falta do dito aparelho nas casas de habitações e estabelecimentos públicos e particulares importará na multa de 5\$000 e no dobro na reincidência (Inspetoria Geral de Hygiene, 1892).

Não basta recolher o lixo das casas; cada cidadão será responsável por escondê-lo, desodorizá-lo, desinfetá-lo antes de sair pelas portas. A partir deste simples gesto, será possível mensurar a conduta do sujeito conforme os índices criados pelo projeto de higienização das cidades. E qualquer desvio a esta conduta terá suas ações indexadas e seus custos previstos dentro de um repertório de sanções e punições. Fazer a sua parte torna-se essencial para a consolidação de um projeto de cidade determinado por demandas da medicina social.



Figura 1: A 'Limpeza' da Cidade

Jogar o lixo no lixo revela-se como um ato moral de respeito e cuidado com a cidade, em que seus transgressores, além de punidos pelos departamentos de controle público, terão sua ação condenada pelos cidadãos de bem. Mas este campo moral não se inscreve apenas nos sujeitos que o respeitam e nele acreditam, senão também em seus próprios transgressores, que terão ainda que prestar contas à própria consciência.

O estudo da moral, como expõe Michel Foucault, “deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara” (1998 [1984]: 26). A lixeira, como um testemunho de exercício de uma consciência asséptica, trará ao público o resultado desta ação moral e será a unidade balizadora de uma educação higiênica.

A revitalização dos restos

Ao se incorporarem os discursos e práticas das áreas da saúde, dos destinos da cidade e agora da qualidade ambiental propícia à vida nas práticas de gestão dos dejetos humanos, o conjunto de coisas que até então conhecíamos como lixo acaba por desaparecer, ou melhor, se transmuta em objetos úteis ao bem estar dos povos: a reciclagem. O conjunto de enunciados que o permeia não remete mais a suas putrefações deletérias, às emanções mefíticas ou dejetos nauseabundos, mas às suas condições de transformação material. Tampouco se refere a suas personagens como o lixo social, a escória empedernida ou o refugio da sociedade, mas aos novos agentes ambientais.

Conceitos das áreas jurídicas, administrativas e industriais ativam uma nova forma de aparecimento dos restos da cidade. Logística reversa, gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, responsabilidade compartilhada, catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, pessoa física de baixa renda seriam algumas destas novas plataformas de intervenção e suporte das práticas discursivas das artes de governar contemporâneas.

Os preceitos colocados pelas últimas legislações brasileiras, no que diz respeito às agora denominadas matérias ambientais, propulsionam modulações nas relações de capital, na manufatura industrial, comercial e estatal, que se fazem presentes desde a concepção de um novo produto ao consumidor, passando por todo o seu ciclo vida, até o seu aparecimento em estratégias de campanhas que têm como meta a qualidade ambiental propícia à vida.

Este aprimoramento ambientalmente adequado do ser humano, que congrega conhecimentos, valores, comportamentos e estilos de vida, materializa-se em uma série de manuais, catálogos, folhetins e campanhas ambientais para produção deste novo campo moral das relações na cidade. Um conjunto de informações específicas para tais instrumentos é gerado e, dentre estas informações, um dos itens mais presentes é o

O lixo, como modo de problematização do dispositivo ambiental, carrega esta carga negativa que promete o fim do mundo causado pela irresponsabilidade individual dos cidadãos. Nesta linha de pensamento, o antropólogo José Carlos Rodrigues pondera sobre esta transformação da materialidade dos resíduos na sociedade industrial, antes predominantemente orgânicos e agora, em sua maioria, sintéticos:

Este lixo é algo que os homens não conseguiram digerir e que lançam ao mundo para que este também não consiga digerir em prazo humanamente confortável. Uma coisa parecida com angústia de fim do mundo começa a penetrar em boa parte dos discursos dos ecologistas: a angústia de morte é um componente fundamental da nova sensibilidade ecológica (Rodrigues, 1995: 13).

A ameaça de morte implica mudança nos modos de vida e, com tal atribuição negativa, que remete à extração de recursos naturais e sua transformação em produtos de difícil degradação, as indústrias de embalagens iniciam uma articulação para ressignificar seus produtos perante seus consumidores.

A PLASTIVIDA (Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos) é a entidade que representa institucionalmente a cadeia produtiva do setor de plásticos e tem como objetivo “divulgar a importância dos plásticos na vida moderna e promover sua utilização ambientalmente correta, ao mesmo tempo em que prioriza iniciativas de Responsabilidade Social”⁴. Esta instituição, articuladora das maiores indústrias nacionais e multinacionais produtoras de embalagens de plástico, acaba por criar uma série de informações para reverter o quadro negativo que as propagandas e campanhas ambientais estavam criando sobre o potencial de poluição provocado pelos resíduos sintéticos. Em seu site, a PLASTIVIDA disserta sobre as vantagens de uso do plástico:

⁴ Disponível em: <http://www.plastivida.org.br/2009/Instituto.aspx> (consultado em 16/11/2012).

Impermeáveis, maleáveis, duráveis e com uma excelente relação custo/benefício, contribuem para o desenvolvimento social, econômico e científico. E protegem o meio ambiente. Proteções de plástico auxiliam na produção, estocagem e distribuição de milhares de toneladas de alimentos. (...) Bolsas de sangue e de soro, catéteres, máquinas de circulação extracorpórea e embalagens para resíduos hospitalares são alguns exemplos de materiais plásticos que ajudam na cura e na prevenção de doenças. São os plásticos salvando vidas. (...) Com plástico reciclado fabrica-se uma infinidade de produtos como vestuário, componentes automotivos, conduítes, carpetes, bolsas, artigos de comunicação visual, solados, páletes e móveis, entre vários outros. A cadeia produtiva dos plásticos contribui decisivamente para o Desenvolvimento Sustentável, ajudando na conservação dos recursos naturais, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para o crescimento econômico⁵.

Outra instituição representante de embalagens também toma como estratégia ressaltar o quão importante suas embalagens são para a manutenção da vida. A campanha Vidro é Vida, promovida pela Multinacional Owens-Illinois⁶, afirma em seu site: “Nós amamos o vidro. Ele inicia sua vida sob a forma de areia, atravessa o fogo e, como que por magia, torna-se um material lindo e natural que protege os alimentos e bebidas, sendo, além disso, bom para o ambiente”⁷. Com o objetivo de demonstrar que, assim como o plástico, o vidro é essencial para a manutenção da vida moderna, a campanha irá listar os benefícios de se utilizarem embalagens desta natureza:

Sustentabilidade: E em relação a outros tipos de materiais de embalagens, o vidro pode realmente reduzir a sua pegada de

⁵ Idem.

⁶ OI – Multinacional é líder mundial na fabricação de embalagens de vidro. Presente em mais de 50 países da América Latina, Europa, América no Norte, Ásia e Oceania. Atuando há 90 anos no Brasil (com a marca CISPERS), conta com 4 fábricas produzindo mais de 500 itens, atendendo diversos segmentos, incluindo embalagens e utilidades.

⁷ Disponível em: <http://www.glassislife.com/pt> (consultado em 16/11/2012).

carbono. (...) Como o vidro pode ser reciclado infinitamente, requer menos matéria-prima e menos energia. Usar o vidro ajuda a ter aquele sentimento de estar colaborando com o meio ambiente. Qualidade: A qualidade do vidro fala por si. É o único material de embalagens que as pessoas se sentem inspiradas a guardar, reutilizar, colecionar e exibir. (...) É lindo. É memorável. É um ícone.⁸

Após mais de um século de produção de inúmeras estratégias para a gestão dos restos da vida urbana, em que se produziram valores como doenças, pestes e miséria para tal matéria residual das relações modernas, observa-se a inversão destes valores para a promoção de um processo de posituação dos resíduos. A população movimenta-se na conformidade pendular destes discursos. Se antes jogava-se o lixo na lixeira e esperava-se a chegada do lixeiro para sumir com aqueles restos asquerosos para longe das vistas dos cidadãos, agora, responsabilizar-se e informar-se sobre o destino e os prejuízos ambientais e sociais torna-se um selo de qualidade da boa conduta. O ato de executar os 3 R's (reduzir, reutilizar e reciclar) torna-se, portanto, um valor moral capaz de chancelar aqueles responsáveis por um mundo melhor ou pela sua destruição total.

Verifica-se a constituição deste redimensionamento da biopolítica⁹ de governo das condutas tanto das coisas como dos homens, que opera sobre os modos de vida no contexto dos aglomerados populacionais.

⁸ Idem.

⁹ A questão da biopolítica, ou do biopoder, é frequente nos estudos de Michel Foucault principalmente a partir do último capítulo de *História da Sexualidade I: A vontade de saber* e do curso de 17 de março de 1976 de *Em defesa da sociedade*. Basicamente o biopoder atua, conforme o autor, na dupla face entre o direito de morrer e o poder sobre a vida. O homem como ser vivente torna-se, nesta hipótese, objeto de governo pela razão de Estado, tendo como consequência a constituição de tecnologias políticas e práticas científicas sobre a vida biológica, entre elas, por exemplo, as políticas da sexualidade. A biopolítica pode ser entendida como a “maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça (Castro, 2009: 59-60).

Cada cidadão deve policiar não só a si mesmo como também aos outros sobre suas responsabilidades ambientalmente adequadas, pois o que está em jogo não é somente a vida humana, mas a vida da biosfera. Nas escolas, as crianças participam de aulas de educação ambiental e aprendem a vigiar e cobrar os próprios pais sobre os antigos hábitos de jogar o lixo misturado nas lixeiras.

O campo de intervenção, esta recondução de modos de vida, este modo de governo de si e dos outros, configura-se, justamente, no ato cotidiano de jogar o lixo na lixeira. Porém, neste processo de fabricação e padronização de novos modos de vida, em que qualquer registro sobre “lixo” começa a se extinguir ou ser positivado, tal ato inscreve-se na sociedade humana como “destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos”¹⁰. Nada mais morre, recicla-se. Se antes as coisas se putrefaziam porque finitas, agora são descartáveis, mas de duração ilimitada. As coisas mortas desaparecem por entre as formas da reciclagem.

As campanhas ambientais para a educação cidadina ficam então responsáveis pela produção de uma variedade de instrumentos de disseminação e registro de modos de vida ambientalmente adequados. O governo brasileiro, por exemplo, por meio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, lança em 2011 a campanha “Separe o lixo e acerte na lata”. Sua estratégia: “para que a nova política de resíduos sólidos fosse absorvida o mais rápido possível pela população brasileira”. Seu objetivo: “preparar a sociedade brasileira para uma mudança de comportamento em relação à coleta seletiva do lixo, ressaltando os benefícios ambientais, sociais

¹⁰ Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), “destinação final ambientalmente adequada” define-se pela “destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações (...), entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos” (Brasil, 2010: Capítulo II, Art. 3º, inciso VII).

e econômicos do reaproveitamento dos resíduos sólidos para o País”¹¹.

O site da campanha ainda ressalta como alguns de seus principais temas “a riqueza ambiental e social do lixo”, “os impactos do lixo no meio ambiente”, “a prática de consumo consciente e a redução de volume do lixo”. Além disso, atenta para impactos negativos da destinação incorreta, como a contaminação de lençóis freáticos, poluição do solo e proliferação de doenças, em que a mudança de comportamento faz-se necessária¹². Apesar de uma das diretrizes da campanha apontar para disseminação das informações sobre a PNRS, suas peças publicitárias pouco esclarecem sobre tais termos ou sobre os debates de mercado que ocupam as pautas do debate público.

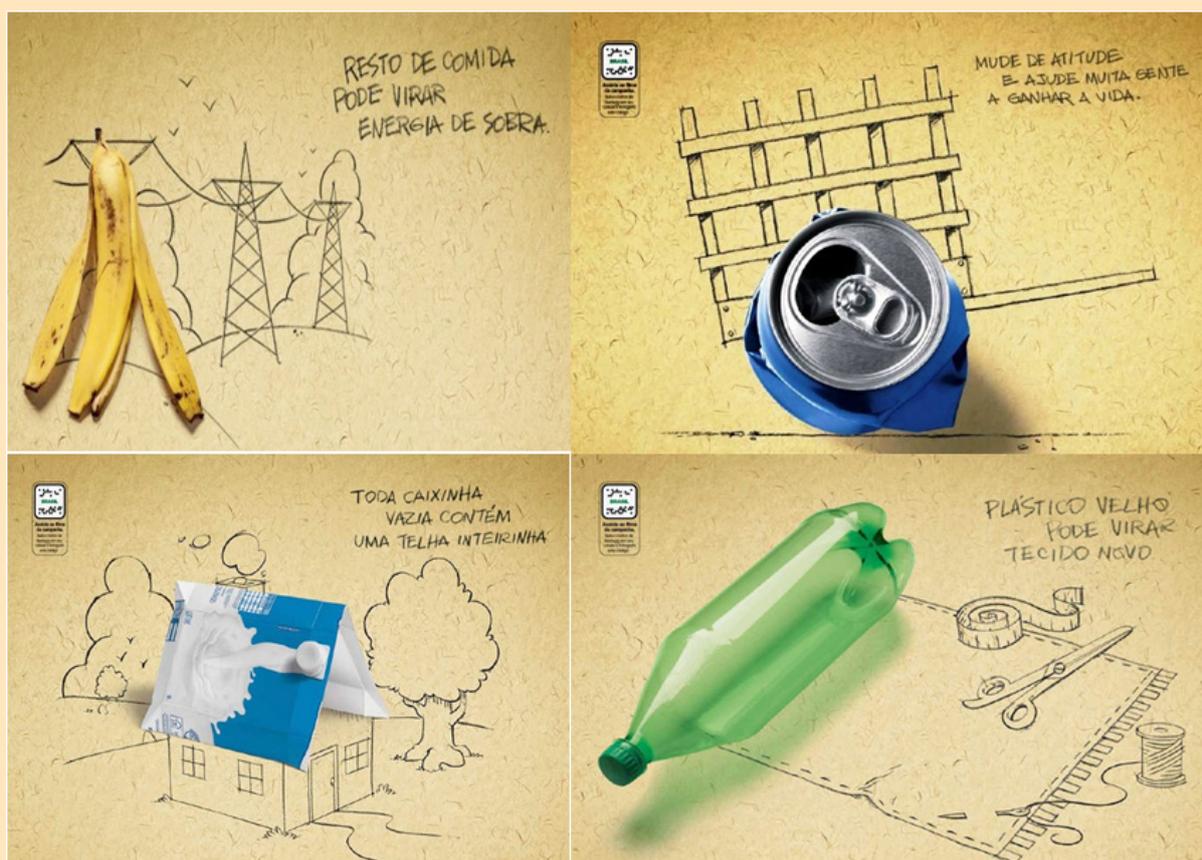


Figura 3: Campanha separe o lixo e acerte na lata¹³

¹¹ Disponível em <http://www.separeolixo.com/> (consultado em 14/11/2012).

¹² Idem.

¹³ Disponível em: <http://www.separeolixo.com/> (consultado em 14/11/2012).

Outras campanhas, em âmbito nacional, regional ou municipal, adotam a mesma estratégia de divulgação e orientação de condutas ambientalmente corretas sobre a gestão de resíduos e, em sua maioria, destacam em suas estratégias de marketing os benefícios sociais, econômicos e ambientais. Presencia-se a produção de um modo de (a)parecer ecológico que produz um campo de visibilidades de modos de conduta e de novos valores “ambientalmente adequados”, mas que pouco informam a população sobre os interesses que movimentam a indústria da reciclagem, em grande expansão no Brasil.

Há outros debates que ainda continuam com suas negociações abertas como, por exemplo, a questão do pagamento por serviços ambientais urbanos, realizados pelos catadores, para que deixem de ser vistos como um segmento da população a ser socialmente incluída e se transformem em profissionais remunerados pelos serviços prestados. Ou, ainda, os debates sobre a definição dos modelos de gestão, bem como as devidas atribuições de custos para cada setor da cadeia de logística reversa¹⁴, que não se apresentam para o grande público, restando-lhe apenas sua participação individual como consumidor competente na separação ambientalmente adequada dos resíduos domésticos e na aprendizagem dos novos códigos de conduta.

Observa-se, portanto, a produção destes códigos morais por órgãos governamentais, indústrias, entidades intergovernamentais, movimentos sociais e de sociedade civil organizada que trazem como objetivo produzir um regime de verdade nos hábitos da população em escala

¹⁴ Em 2012, o Ministério do Meio Ambiente lança um edital que dispõe sobre o intitulado “Chamamento para a elaboração de acordo setorial para a implementação de sistema de logística reversa de embalagens em geral”. Este edital “torna público o CHAMAMENTO de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens e de produtos comercializados em embalagens (...) para a elaboração de proposta de acordo setorial para a implementação de sistema de logística reversa de abrangência nacional”. Este instrumento legal convoca os diferentes setores industriais e comerciários a elaborar um plano de coleta das embalagens produzidas e comercializadas, de modo a viabilizar a logística reversa (Edital 02/2012 – MMA).

planetária (conforme a ilustração do quadro acima, em que o símbolo de reciclagem envolve todo o planeta: destinar seus resíduos de modo adequado constitui um ato político, ou politicamente correto, para salvar o planeta). Com as propagandas sobre os benefícios de embalagens como o plástico e o vidro, afirma-se que o problema não está no sistema de produção e consumo promovido pelas formas de circulação do capital, mas nas responsabilidades individuais. Nesta direção, cada sujeito sente-se responsável pela salvação ou destruição do planeta em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Preservação ambiental como modo de governo das populações

Viu-se a demarcação de um trajeto que enuncia a transposição dos restos pútridos para a separação e reaproveitamento dos restos sintéticos pós-industrialização das cidades. O aparecimento das lixeiras no canto das salas, cozinhas, escritórios, corredores, calçadas e banheiros da cidade agora se multiplicam em coloridas lixeiras que profetizam a revitalização dos restos. O lixo, antes aliado ao fim, à decomposição e à morte, agora se estende à eternidade das infinitas possibilidades de reutilização e reciclagem. Para além da vida dos homens, também sobre a vida das coisas, passa-se efetivamente do fazer morrer para o fazer viver.

Os efeitos industriais também se fazem perceber na transmutação dos restos e implica na geração de um pensamento econômico sobre sua gestão e sua relação com o meio. Fica evidente a mudança de foco sobre as problematizações a respeito da gestão do lixo e as relações humanas. Um modo de relação mais amplo, um poder que se exerce nas relações em escala planetária, ou seja, que se exerce no meio ambiente: “meio e população se imbricam de uma outra maneira, em que a passividade inicial da população frente a um meio ativo e determinante cede a um maior ativismo e participação das pessoas na relação com seu meio” (Carneiro, 2012: 7). Trata-se de um novo princípio agregador de

sentidos, valores e práticas que reposiciona o lixo nas relações humanas, não mais apenas com a cidade, mas com a biosfera.

Neste novo plano de ação, a natureza deixa de ser algo dado, assimilado e transformado pelas ciências, para se tornar o próprio campo de intervenção: “Nós, modernos ocidentais, estamos começando a pensar sobre nós mesmos individualmente e como uma espécie no globo. É aí que reside parte do poder de modernismo tardio desta questão: o desaparecimento das linhas divisórias entre natureza e cultura” (Rabinow, 1991: 74).

A ecologia, por sua vez, desenvolve-se como uma destas novas tecnologias de intervenção, agregadora de um novo campo prático-discursivo sobre a gestão do lixo e reveste-se de uma força e uma verdade que “contribui para a construção do dispositivo meio ambiente ao reunir práticas e verdades em torno da conservação da vida no planeta e mostrar uma interação maior entre população e meio” (Carneiro, 2012: 9).

Nesta escala de salvação dos ecossistemas, não se trata mais de uma salvação da alma humana (eterna) no plano da transcendência, mas de uma manutenção da vida no planeta, ou da biosfera, no plano da imanência. Uma nova noção de eternidade não mais fundamentada na crença de um paraíso etéreo, mas na manutenção das “riquezas naturais” do “meio terráqueo”. Uma noção contemporânea sobre a vida eterna, atravessada pela da ciência moderna e não mais pela pauta da ascese cristã. Não apenas a vida urbana, como também o bem-estar de toda a biosfera torna-se um objeto para pensar e produzir as artes de governar.

Surge então a demanda por estes modos de governo internacionais que se caracterizariam pela cooperação, ao mesmo tempo, globais e regionais, bilaterais e multilaterais. Propõe-se agendas ambientais globais comuns, como a Agenda 21, instrumento de planejamento para efetivação das resoluções da Conferência do Rio, em 1992 (ECO – 92).

É justamente neste documento que a gestão do lixo encontra sua nova forma de expressão nas relações humanas intergovernamentais. Se, no

primeiro documento destas agendas ambientais mundiais, a Declaração de Estocolmo (1972), o tema dos resíduos é pouco abordado, durante a ECO – 92, tal tema ocupa posição de destaque.

Justamente o capítulo 21 da Agenda 21 irá tratar do manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos. Nesta proposta, o manejo de resíduos seria então considerado “dentre as questões mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente da Terra e, principalmente, para alcançar um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992: item 21.1.). Neste mesmo capítulo, o lixo desaparece e oferece lugar a suas novas formas de visibilidade, os resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos (...) compreendem todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os entulhos de construção. Em alguns países, o sistema de gestão dos resíduos sólidos também se ocupa dos resíduos humanos, tais como excrementos, cinzas de incineradores, sedimentos de fossas sépticas e de instalações de tratamento de esgoto. Se manifestarem características perigosas, esses resíduos devem ser tratados como resíduos perigosos (Idem: item 21.3.).

Nesta nova proposta de manejo dos restos não serão poucas as indicações de cooperação internacional aos governos, principalmente para os governos de países em desenvolvimento. Tais cooperações seriam articuladas por organizações não-governamentais ou transnacionais de interesse público, como a ONU. A proposta de gestão das matérias que formam o lixo em resíduos sólidos seria então conduzida pelo conceito de “manejo integrado do ciclo vital o qual apresenta oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente” (Ibidem: item 21.4.). Deste modo, as quatro principais áreas do programa

– redução ao mínimo de resíduos; aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos resíduos; promoção do depósito e tratamento ambientalmente saudáveis dos resíduos; e ampliação do alcance dos serviços que se ocupam dos resíduos – seriam monitoradas não apenas pelo governo de cada país, mas também por comissões extraterritoriais (Ibidem).

Para cada uma destas áreas consta uma sessão específica intitulada “Cooperação e coordenação internacionais e regionais”. Cada uma destas sessões indica por qual modo “as Nações Unidas e as organizações intergovernamentais” podem, “com a colaboração dos Governos”, atuar nas áreas supracitadas.

Todos os trabalhos de definição de “diretrizes e códigos de conduta”, “desenvolvimentos de recursos humanos”, de criação de um banco de “dados e informações”, tendo o monitoramento dos resultados como “requisito essencial”, teriam o “apoio das organizações internacionais” como principal recurso para sua efetividade (Ibidem). O lixo, ou melhor, o manejo integrado do ciclo vital das coisas, deixaria, portanto, de ser um problema apenas das cidades, tampouco dos Estados Nacionais, para se tornar um problema global de manejo integrado do ciclo vital da biosfera.

No Protocolo de Quioto, em seu décimo segundo artigo, surge o conceito de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), tecnologia sugerida pelo Brasil¹⁵, que trata de uma diferenciação de responsabilidades por país, segundo o princípio do poluidor-pagador (Lago, 2006: 209). Assim,

¹⁵ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é resultado das adequações da proposta brasileira de criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), que previa penalidade financeira aos países desenvolvidos cujas emissões de gases de efeito estufa ultrapassassem os níveis acordados no âmbito da convenção: “A ideia era de que os recursos obtidos fossem aplicados em projetos de mitigação ou prevenção de mudanças climáticas em países em desenvolvimento, através de um fundo. Ao longo da COP3, Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, essa proposta evoluiu para o MDL” (Felipetto, 2007).

países com excesso de emissão de poluentes poderiam transformar parte dessas emissões em financiamentos de projetos que possam diminuir os danos causados ao meio ambiente. Em termos econômicos, estes MDLs podem ser considerados como *commodities* ambientais passíveis de serem comercializados.

As *commodities* ambientais seriam, portanto, um dos *outputs* gerados pelo sistema “ser humano/meio ambiente” e deveriam ser definidas de modo a permitir sua transação no mercado global. Sendo assim, teriam como princípio serem “mercadorias transacionáveis mundialmente, homogêneas, padronizáveis, facilmente classificáveis e dispostas em unidades de medidas adequadas, passíveis da manutenção ao longo do tempo de suas qualidades/características originais, sujeitas a um determinado mercado de oferta e demanda, sujeitas a um sistema de preços adequado, bem como, principalmente, relacionadas ao escopo dos recursos naturais, tais como, a água, a energia elétrica, dentre outros” (Ribas, s/d: 2).

Além do próprio contexto das agendas ambientais globais, que estabelecem a possibilidade de a gestão de resíduos funcionar conforme os procedimentos dos MDLs, as matérias que integram os resíduos sólidos secos (papel, plástico, metal e vidro) também funcionam ao ritmo do mercado internacional das *commodities*. Do mesmo modo, estes produtos advêm de matérias primas que têm sua cotação estabelecida pelas bolsas de valores como o petróleo, minérios e madeira.

Exemplo da importância deste tipo de *commodity* no cenário da geração de resíduos faz-se notória no contexto da crise econômica mundial iniciada em 2008. A reciclagem foi mais uma área da economia a sofrer com a crise mundial. A queda do consumo, a constante diminuição da produção industrial nos grandes centros produtivos, a retração nos preços das *commodities* e, conseqüentemente, a redução da demanda por materiais recicláveis afetaram diretamente a viabilidade

econômica do comércio exterior de recicláveis em todo o mundo. Com a crise, as indústrias optaram por comprar reservas de matérias-primas virgens, como estoques de madeira, que saíam a um custo menor em comparação aos recicláveis.

O setor da cadeia produtiva dos materiais recicláveis que mais sofreu com a crise na exportação desta matéria-prima foi o correspondente às organizações de catadores de materiais recicláveis. Em texto produzido pelo MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) para o boletim do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre mercado de trabalho, constata-se o efeito de tal acontecimento:

Durante esse período em que a indústria deixou de comprar materiais recicláveis, o mercado da reciclagem quebrou. Indústrias de beneficiamento fecharam as portas, milhares de demissões ocorreram. (...) Mas, sem dúvida, quem mais sofreu com a crise foram os catadores de materiais recicláveis, a ponta de uma cadeia produtiva injusta, conhecida como cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício (MNCR, 2009: 55).

Os debates instaurados sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável, seu modo de operacionalização e os atores envolvidos no processo, conduzem-se, justamente, por seu grau de efetividade no circuito do capital. A poluição torna-se, portanto, legítima desde que se calcule o índice de risco e seu modo de manutenção.

Esta aliança entre a economia e o ambiente – racionalidade econômica e intervenção no ambiente – acorda-se com este novo esquema de gestão de resíduos, em que o objetivo não é a preservação ambiental, mas a preservação da extração das riquezas naturais. Os negócios mundiais operam na lógica do sistema de capital, enquanto o discurso e as práticas ambientais atuam na modificação das variáveis do meio. Embora o objetivo seja a atualização para modulação das relações de

capital, como no caso das *commodities* ambientais, a promoção das relações ambientalmente adequadas dissemina-se como código de conduta populacional: “problema de identificação do objeto da análise econômica a toda conduta (...) que implique uma alocação ótima de recursos raros a fins alternativos” (Foucault, 2008: 366).

Trata-se da promoção de condições de mercado como interesse individual e efetivação de condutas ambientais como interesse comum. Foucault esclarece sobre esta diferença entre sujeito do interesse individual e sujeito do interesse comum: “O *homo oeconomicus* é aquele que obedece a seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros” (Idem: 369). Como conciliar a produção da preservação ambiental como interesse comum em convergência com o interesse privado neoliberal é o cerne das novas práticas e discursos sobre o desenvolvimento sustentável, surge “a ideia de um sujeito de interesse, ou seja, um sujeito como princípio de interesse, como ponto de partida de um interesse ou lugar de uma mecânica de interesses” (Ibidem: 372).

A sociedade civil efetiva-se no vínculo econômico, que vai ser o conceito de tecnologia governamental e de efetivação desta grade de inteligibilidade veiculada para racionalidade do *homo oeconomicus*. Sociedade civil operada não pelo bem da humanidade, mas pelo bem da comunidade, do vínculo em si e não do objeto de vínculo, portanto, de vínculo por um interesse desinteressado, soma das satisfações individuais no próprio vínculo social: “não se pode falar de um indivíduo, não se pode imaginar, não se pode conceber que um indivíduo seja feliz se o conjunto de que ele faz parte não for feliz. (...) a felicidade dos indivíduos é o grande objeto da sociedade civil” (Ibidem: 408).

Para a produção destas satisfações individuais no próprio vínculo social, produz-se um contraste entre o fatalismo causado pelo persistente amontoamento de excesso de resíduos versus sua potencialidade econômica

e o reformismo de sua noção de desenvolvimento sustentável. Uma tensão entre morte e vida paira sobre o plano das imanências e não mais das transcendências. Uma tensão que não se opera mais entre a vontade divina e a vontade humana, mas sim entre a vontade global, a vontade do Estado e a vontade do indivíduo.

As práticas e discursos produzidos pela experiência da reciclagem se assemelham à função da medicina social e sua intervenção higienista, cuja pretensão consiste em prolongar a vida urbana em detrimento dos males cultivados pelos aglomerados populacionais, como no caso das catástrofes epidêmicas e da miséria social.

Independente da eficácia ou não do que promete a reciclagem, quanto à conservação e manejo das riquezas naturais, o ponto de análise não está nos resultados social, econômico e ambiental, mas sim na manutenção de um governo para a correta disposição das coisas, conduzidas a um fim adequado.

A força deste novo mercado, a reciclagem de lixo, capaz de conjurar populações para a recondução de seus hábitos e modos de vida, não se encontra propriamente em sua capacidade de conservação e regeneração dos recursos naturais; encontra-se no compartilhamento de um tipo de sentimento que flerta com uma espécie de vontade de eternidade não mais transcendental, senão imanente. A salvação e a promessa da eternidade não da alma de cada um, mas da alma artificial da biosfera.

Este sentimento de medo e afastamento do fim, (re)sentimento da promessa de eternidade cristã, trata agora da conservação das matérias de que são feitas as *commodities* ambientais, da proteção dos bens ambientais, já que o homem encontra a plenitude de sua liberdade dentro da natureza. Uma força capaz de reunir o rebanho em nome de um mesmo sentimento: a eficácia no manejo integrado do ciclo vital dos bens de consumo da sociedade humana¹⁶.

¹⁶ Uma das disposições sobre as mudanças nos padrões de consumo ainda dispõe sobre

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond de (2012). “Resíduo”. In: *Poesia 1930-62: de Alguma poesia a Lição de coisas*. Edição crítica preparada por Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac & Naify.
- BRASIL (2010). Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*. Brasília: D.O.U., 03/08/2010.
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano (2012). “A construção do dispositivo meio ambiente”. In: *Revista Ecopolítica*, n. 4, pp. 5-18. São Paulo: PUC-SP/ Nu-Sol. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057> (consultado em 03/12/2012).
- CASTRO, Edgardo (2009). *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, Brasil, 3 - 14 de junho de 1992.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992). *Agenda 21*. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas.
- CORBIN, Alain (1987 [1982]). *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.
- FELIPETTO, A. V. M. (2007). *Mecanismo de desenvolvimento limpo aplicado a resíduos sólidos: Conceito, planejamento e oportunidades*. Coordenação de Karin Segala. Rio de Janeiro: IBAM.
- FOUCAULT, Michel (1998 [1984]). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- _____. (2008). *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.
- INSPETORIA GERAL DE HIGIENE (1892). *Projeto de postura sobre os resíduos ou lixo das cozinhas habitações e estabelecimentos públicos ou particulares*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Notação 31.2.29.
- KANT, Emmanuel (2009 [1786]). “Início conjectural da história humana”. Traduzido do original alemão por Joel Thiago Klein. In: *Ethic@*, v. 8, n. 1, Jun. 2009, pp. 157-168. Florianópolis: UFSC.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. (2006). *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das nações unidas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)/Ministério das Relações Exteriores.
- MACHADO, Alcântara (1918 [1917]). *Problemas municipais*. São Paulo.
- MARTINS, Roberto de Andrade (1990). “A teoria aristotélica da respiração”. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 2, 2 (2), pp. 165-212. Campinas: Unicamp/CLE.
- MARTINS JUNIOR, Antonio Ferreira (1989). *Solicitação à Câmara dos Vereadores – Limpeza Pública: desenho e mais documentos sobre vasos para*

a necessidade de nivelamento mínimo dos estilos de vida: “Embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas. Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem imensas pressões sobre o meio ambiente” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992: capítulo 4, item 4.1.).

guardar lixo. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Notação 31.2.16.

MNCR (2009). “A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis”. In: IPEA. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, nº 41, Novembro de 2009, pp. 55-58. Brasília: IPEA. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT_completo.pdf (consultado em 03/11/2012).

NIETZSCHE, Friedrich (1998 [1887]). *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

PINTO, Antonio José (1901). “Projeto de Remoção do Lixo”. In: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Notação: 31.3.13.

RABINOW, Paul (1991). “Artificialidade e ilustração da sociobiologia à biosociabilidade”. In: *Ciência & Ambiente*, v. II, n. 3, Jul/Dez 1991, pp. 69-78. Santa Maria - RS.

RIBAS, Luís César (s/d). *Commodities ambientais e sua relevância econômica*. http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/ceama/material/doutrinas/esgotamento/commodities_ambientais_e_sua_relevancia_economica.pdf (consultado em 02/11/2012).

RODRIGUES, José Carlos (1995). *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU.

SÜSKIND, Patrick (1985). *O Perfume: história de um assassino*. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Record.

VELLOSO, Marta Pimenta. “Os restos na história: percepções sobre resíduos”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v.13, n. 6, 2008, pp. 1953-1964. Rio de Janeiro: ABRASCO.

VEYNE, Paul (1998). *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Bartar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Sites

<http://www.lixo.com.br/> (consultado em 15/11/2012).

<http://www.plastivida.org.br/2009/Instituto.aspx> (consultado em 16/11/2012).

<http://www.glassislife.com/pt> (consultado em 16/11/2012)

<http://www.separeolixo.com/> (consultado em 14/11/2012)

http://www.recicloteca.org.br/images/movel_cultura.pdf (consultado em 15/11/2012)